



ATA N.º 45

10-07-2019

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a quadragésima quinta reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas e Maria Jacinta Cardoso Grilo. -----
Faltou a esta reunião a Sr.ª Vereadora Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos por se encontrar em gozo de férias. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. -----

Não se registaram informações. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 9 DE JULHO DE 2019: € 239 691,17

ORDEM DO DIA: -----

1. ANTÓNIO MANUEL SOUSA COSTA. PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE, POR OCASIÃO DO DESFILE DAS MARCHAS . -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autoriza, a pedido do Sr. António Manuel Sousa Costa, o exercício de venda ambulante para venda de farturas no parque Manuel de Castro em Cuba, no dia 29 de junho de 2019, por ocasião do Desfile das

Marchas Populares. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente. -----

2. VANDA CRISTINA RATO MATA PINTOS. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.---

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu, a pedido da Sr.ª Vanda Cristina Rato mata Pintos, a emissão de licença especial de ruído para a realização de um baile, junto ao Bar do Coreto no parque Manuel de Castro, em Cuba, das 22,00 horas do dia 5 de julho até às 2,00 horas do dia seguinte e o horário de funcionamento até às 4,00 horas deste mesmo dia. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

3. VANDA CRISTINA RATO MATA PINTOS. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.---

Solicita a Sr.ª Vanda Cristina Rato mata Pintos, a emissão de licença especial de ruído para a realização de um jogo de cultura geral “Dr. Why”, junto ao Bar do Coreto no parque Manuel de Castro, em Cuba, das 22,00 horas do dia 13 de julho até às 4,00 horas do dia seguinte, para animação do espaço e promoção de uma Banda Local. -----

A Câmara, por unanimidade, nos termos da Informação n.º 105/2019 da Subunidade Administrativa e de acordo com o disposto no artigo n.º 15 do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, deliberou conceder

a licença de ruído até às 2,00 horas, devendo a mesma tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído, podendo o estabelecimento funcionar até às 4,00 horas. -----

Mais deliberou a Câmara informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

4. VANDA CRISTINA RATO MATA PINTOS. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.---

Solicita a Sr.^a Vanda Cristina Rato mata Pintos, a emissão de licença especial de ruído para a realização de uma festa com música ao vivo, junto ao Bar do Coreto no parque Manuel de Castro, em Cuba, das 22,00 horas do dia 20 de julho até às 4,00 horas do dia seguinte, para animação do espaço e promoção de uma Banda Local. -----

A Câmara, por unanimidade, nos termos da Informação n.º 101/2019 da Subunidade Administrativa e de acordo com o disposto no artigo n.º 15 do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, deliberou conceder a licença de ruído até às 2,00 horas, devendo a mesma tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído, podendo o estabelecimento funcionar até às 4,00 horas. -----

Mais deliberou a Câmara informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

5. ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. LICENCIAMENTO DE PROVAS DE CORRIDA DE GALGOS. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS. -----

Solicita a A.G.C. - Associação Galgueira de Cuba o licenciamento de duas Corridas de Galgos, que terão lugar nos próximos dias 14 e 28 de julho de 2019, no horário compreendido entre as 9,00h e as 17h00, no Recinto da Feira Anual de Cuba, bem como a cedência de mesas e bancos, a ligação elétrica, a montagem de um toldo para o bar, a regularização da pista, o uso das casas de banho, som, a elaboração dos cartazes e

fotocópias; a emissão de licença especial de ruído e isenção do pagamento das respectivas taxas no valor de € 17,39. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 104/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

- a) Aprovar o licenciamento das provas; -----
- b) Tomar conhecimento da cedência do material e da Pista, e de que a mesma, sendo, de acordo com o disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, competência da Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, foi delegada no Sr. Presidente da Câmara; -----
- c) Conceder a licença de ruído nos termos do disposto no artigo n.º 15 do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, devendo a mesma tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído;
- d) Informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----
- d) Isentar em 50% o pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba. -----

6. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA ALVA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Solicita a Santa Casa da Misericórdia de Vila Alva, a emissão de licença especial de ruído bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor de € 17,39, no âmbito das comemorações do 361.º Aniversário da instituição que terão lugar nos próximos dias 19 e 20 de julho de 2019, nas próprias instalações. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 98/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

- a) Conceder a licença de ruído nos termos do disposto no artigo n.º 15 do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, devendo a mesma tomar as medidas necessárias para a prevenção e redução do ruído.
- b) Informar que o deferimento da presente pretensão não exonera a requerente de

solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

c) Isentar em 50% o pagamento das taxas devidas ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba. -----

7. CENÁRIOAGOSTO UNIPESSOAL, LDA - PEDIDO DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO. --

Solicita a empresa Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, a emissão de licença especial de ruído para a realização de uma festa sénior, com música, prova de vinhos e petiscos, na Adega da Lua, em Cuba, no horário compreendido entre as 22,00 horas do dia 19/07/19 e as 4,00 horas do dia seguinte. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 99/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou: -----

a) De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto, conceder a licença especial de ruído, entre as 22,00 e as 2,00 horas, devendo a requerente tomar as medidas necessárias para a sua prevenção e redução. -----

b) Informar que o deferimento da presente pretensão não exonera o requerente de solicitar as respetivas licenças que deverão ser emitidas por outras entidades que não o Município. -----

8. JOAQUIM CAETANO CAIXEIRO BICO FIALHO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RENDAS DE HABITAÇÃO EM PRESTAÇÕES. -----

Solicita o Sr. Joaquim Caetano Caixeiro Bicho Fialho, arrendatário da habitação sita na Rua da Horta do Bicho, lote 1, esq.º, em Cuba, a possibilidade de pagamento de rendas de habitação em prestações. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 103/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada. -----

9. FRANCISCO ASSIS FITAS CORREIA. APOIOS SOCIAIS – GÁS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Infor-

mação n.º 33/2019, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com o n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para aquisição de uma botija de gás, no valor de € 28,00, formulado pelo Sr. Francisco Assis Fitas Correia. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

10. FRANCISCO ASSIS FITAS CORREIA. APOIOS SOCIAIS – CINTA PÓS OPERATÓRIO. ---

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 35/2019, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com o n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para aquisição de uma cinta Pós-Operatório, no valor de € 27,20, formulado pelo Sr. Francisco Assis Fitas Correia. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

11. MANUELA FRANCISCA MANHITA PENAS. APOIOS SOCIAIS. PEDIDO DE APOIO PARA ALIMENTAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na

Informação n.º 34/2019, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com o n.º 1 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Manuela Francisca Pires Manhita. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara.

12. REVISÃO DOS VALORES MENSIS DA COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF/CAF) DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO - ANO LETIVO 2019/2020. -----

FOI PRESENTE À CÂMARA A INFORMAÇÃO N.º 14/2019, DO SAE, QUE SE TRANSCREVE: -----

De acordo com o Regulamento das Atividades de Componente de Apoio à Família em vigor, prevê o mesmo no seu art. 15.º que os valores mensais da comparticipação Familiar, sejam revistos em reunião de Câmara antes do início de cada ano letivo, tendo como referência o valor da RMMG - Remuneração Mínima Mensal Garantida, em vigor, à data. Atualmente o valor da Remuneração Mínima Mensal Garantida, para o ano 2019 é de 600€, valor que sofreu alterações em relação ao ano anterior; -----

Atendendo à alteração do valor da RMMG e à devida percentagem de indexação, os montantes relativos aos limites do rendimento *per capita* do agregado para efeitos de valor de comparticipação mensal, sofreram atualização; -----

Assim, os valores mensais da comparticipação familiar previstos para o Serviço de Apoio à Família – AAAF/CAF (acompanhamento no período da refeição e prolongamento do horário) da Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, a vigorar durante o ano letivo 2019/2020, irão manter-se, tendo sido apenas atualizados os montantes relativos

aos limites do rendimento *per capita* do agregado familiar, conforme consta na tabela, em anexo. -----

- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal, submete-se para deliberação a Revisão dos valores mensais da comparticipação familiar *do Serviço de Apoio à Família (AAAF/CAF) da Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo para o Ano letivo 2019/2020*, ao abrigo do art.º 15.º do Regulamento das Atividades de Componente de Apoio à Família, mantendo os valores mensais da comparticipação familiar/mensalidade.

Escalões de Rendimento *per capita* e Valor Mensal da Comparticipação Familiar

(Art.º 15.º, nº1)

Ano Letivo 2019/2020

Escalões	Indexação à RMMG	Limites do Rendimento <i>per capita</i>	Valor da Mensalidade
I	Até 30% do RMMG	Até 180€	20,00 €
II	>30% até 50% do RMMG	>180,01€ até 300€	25,00 €
III	>50%até 70% do RMMG	> 300,01€ até 420€	30,00 €
IV	>70% até 100% do RMMG	>420,01€ até 600€	35,00 €
V	>100%até 150%do RMMG	>600,01€ até 900€	40,00 €
VI	>de 150% do RMMG	>900,01 €	50,00 €

RMMG em 2019: 600,00 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à revisão dos valores mensais da comparticipação familiar *do Serviço de Apoio à Família (AAAF/CAF) da Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo para o Ano letivo 2019/2020*, ao abrigo do art.º 15.º do Regulamento das Atividades de Componente de Apoio à Família, mantendo os valores mensais da comparticipação familiar/mensalidade. -----

13. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – EXTENSÃO DO APOIO EM CANTINA ESCOLAR E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA MENSALIDADE PARA O DEVIDO ACOMPANHAMENTO NO

PERÍODO DO ALMOÇO AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DE VILA RUIVA, INTEGRADOS NO PRIMEIRO ESCALÃO DE RENDIMENTOS DOS APOIOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR, ISTO É NO 1.º ESCALÃO DO ABONO DE FAMÍLIA, MATRICULADOS NA ESCOLA SEDE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CUBA, POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DO POLO ESCOLAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE VILA RUIVA – ANO LETIVO 2019/2020.

Na sequência da decisão proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja relativamente ao encerramento da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Vila Ruiva, com efeitos no ano letivo 2014/2015, os alunos deste Ciclo nesta freguesia fazem a sua matrícula e frequência na Escola Básica Fialho de Almeida em Cuba. -----

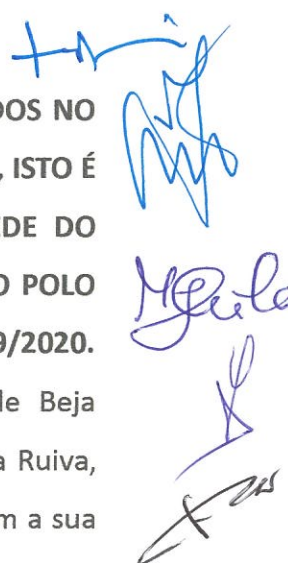
Por se tratar de alunos com idades variadas entre os 6 e os 10 anos, que pela tenra idade dos mais novos e pela deslocação diária, necessitam de uma integração e acompanhamento na escola sede; -----

À semelhança dos quatro últimos anos letivos, a Câmara deverá pronunciar-se sobre a extensão da continuidade do apoio em cantina escolar e da isenção da comparticipação familiar pelo devido acompanhamento durante o período do almoço para os alunos do 1.º ciclo da freguesia de Vila Ruiva que frequentarem a Escola Básica Fialho de Almeida em Cuba, nas mesmas condições de apoio dos alunos do ensino pré-escolar do polo de Vila Ruiva: -----

“(…) de forma a prestar apoio aos que mais carecem, com vista a combater a exclusão social, o abandono escolar e a promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, poderá para a ano letivo 2019/2020 dar-se continuidade à medida de ação social que vigorou no ano letivo anterior, para os alunos integrados no primeiro escalão de rendimentos dos Apoios de Ação Social Escolar, isto é no 1.º escalão do Abono de Família, desde que os pedidos sejam apresentados pelos encarregados de educação, nas seguintes condições: -----

- Escola B1 e/ou JI dos Polos das Freguesias – atendendo às características que o serviço de refeições assume nestas escolas propõe-se continuidade da isenção do pagamento da componente familiar relativa ao acompanhamento durante a hora de almoço para os alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo.(…)” -----

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do Órgão Executivo do Município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na



sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo Órgão, deve a presente informação ser remetida para a reunião de Câmara de 10 de julho de 2019, para que nela possa ser deliberado o seguinte:

- No âmbito das competências que são cometidas à Câmara Municipal pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, deverá o órgão executivo deliberar em matéria de Ação Social Escolar de forma assegurar o fornecimento de uma refeição diária aos alunos integrados no 1.º escalão do abono de família no sentido de promover um melhor desenvolvimento integral das crianças e o seu aproveitamento, deverá a Câmara pronunciar-se sobre a continuidade do deferimento, a título excecional, para o apoio em cantina escolar e da isenção da comparticipação familiar pelo devido acompanhamento durante o período do almoço no ano letivo 2019/2020, aos alunos integrados no primeiro escalão de rendimentos dos Apoios de Ação Social Escolar, isto é no 1.º escalão do Abono de Família, desde que os pedidos sejam apresentados pelos encarregados de educação, e que os alunos se encontrem matriculados no 1.º ciclo do Ensino Básico, na escola sede do Agrupamento de Escolas de Cuba, por força do encerramento da Escola EB1 de Vila Ruiva. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou assegurar o fornecimento de uma refeição diária aos alunos integrados no 1.º escalão do abono de família no sentido de promover um melhor desenvolvimento integral das crianças e o seu aproveitamento; dar continuidade ao deferimento, a título excecional, do apoio em cantina escolar e da isenção da comparticipação familiar pelo devido acompanhamento durante o período do almoço no ano letivo 2019/2020, aos alunos integrados no primeiro escalão de rendimentos dos Apoios de Ação Social Escolar, isto é no 1.º escalão do Abono de Família, desde que os pedidos sejam apresentados pelos encarregados de educação, e que os alunos se encontrem matriculados no 1.º ciclo do Ensino Básico, na escola sede do Agrupamento de Escolas de Cuba, por força do encerramento da Escola EB1 de Vila Ruiva. --

14. REGIME ESCOLAR - PROPOSTA DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA AO IFAP PARA O ANO LETIVO 2019/2020. -----

O Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, prevê um regime de distribuição de fruta e produtos hortícolas e um regime de distribuição de leite. Com vista a uma melhor eficiência da ajuda concedida e reforço da sua dimensão educativa, foi publicado o Regulamento (UE) 2016/791 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de maio, que veio fundir aqueles regimes num único “**Regime Escolar**”, sendo este aplicável a partir do ano letivo 2017/2018. As regras nacionais do regime de ajuda comunitária à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite e produtos lácteos aos alunos dos estabelecimentos de ensino (Regime Escolar) estão definidas na portaria n.º 113/2018, de 30 de abril. -----

O regime escolar é aplicável aos estabelecimentos de ensino público dos agrupamentos de escolas do continente e das regiões autónomas, abrangendo: -----

- Os alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico, no que respeita à distribuição de fruta, produtos hortícolas e bananas e leite e produtos lácteos; -----
- Os alunos que frequentam o ensino pré-escolar, no que respeita à distribuição de leite e produtos lácteos. -----

Para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico das escolas públicas, os municípios, podem requerer a atribuição da ajuda do IFAP para a para fornecimento e distribuição de produtos aos agrupamentos de escolas integrados na respetiva área de atuação, no que respeita à distribuição de fruta, produtos hortícolas e bananas, que consiste na distribuição de uma peça de fruta ou produtos hortícolas, certificados, pelo menos duas vezes por semana, durante 30 semanas letivas, e apoio para as medidas escolares. O objetivo é promover hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos de saúde associados a regimes alimentares menos saudáveis, não substituindo programas já existentes, como o do leite escolar, nem a distribuição de fruta nas refeições escolares. -----

O Município de Cuba, aderiu ao Regime de Fruta Escolar logo no início do Programa e já apresentou 9 candidaturas ao IFAP, que foram sempre aprovadas. -----

Este Programa é desenvolvido em estreita articulação com o Agrupamento de Escolas de Cuba. -----

+1 →
M. Gale
F

Relativamente à cabimentação e respetivo compromisso da despesa a efetuar com o Programa para 2019/2020, salvo melhor opinião, será de aferir *a posteriori*, em caso de execução do Programa. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela legislação invocada, deliberou apresentar proposta de nova Candidatura, agora ao Regime Escolar, para requerer Ajuda para a distribuição de fruta, produtos hortícolas e bananas, medidas escolares, para os alunos dos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Cuba, para o ano letivo 2019/2020, e dar conhecimento ao IFAP da intenção de candidatura até 31 de julho. -----

15. PROGRAMA DE EMPREGO – CANDIDATURA CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO + (1 VAGA P/ SERVIÇOS GERAIS). -----

Foi presente à Câmara a informação do SASS, dando conta da intenção de submeter uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego – Contrato Emprego Inserção + ao IEFP, para a integração de um trabalhador na área de serviços gerais. Assim os custos associados a esta candidatura serão os seguintes: -----

Valores globais: -----

1)	1.1 - Bolsa mensal: 435,76 € x 1 pessoa x 6 meses	2614,56 €
	1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses	601,02 €
	1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:.....	125,00€
	Total :	3.340,58 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP: -----

2.1 Bolsa mensal: 348,61 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....	2.091,65 €
Comparticipação total e efetuar pelo IEFP:	2.091,65 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes: ----

3.1 Bolsa mensal: 87,15 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses	522,91 €
3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses	601,02 €
3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:.....	125,00 €
Total a cargo da entidade	1248,93 €

Em caso de ser deliberado deverá o Sr. Presidente mandar a subunidade Financeira,

efetuar cabimentação do valor da despesa para o ano 2019 o valor de **1248,93 €**. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a candidatura assumindo o pagamento dos encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

16. PROPOSTA DE COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO DE ATRIBUIÇÃO DE BARES E TASQUINHAS NA FEIRA ANUAL DE CUBA 2019. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 50/2019, do SACTPH propondo para Júri do Concurso em título os seguintes elementos: -----

Efetivos: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Jurista, Técnica Superior, que presidirá;

Lino Manuel Pólvora Costa, Assistente técnico; -----

José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico -----

Suplentes: Vitor Manuel Parreira Fialho, Jurista, Chefe de Unidade UAJDSCS, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos; -----

Cristina Isabel Vilão Rosa Branco candeias, Técnica Superior. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a constituição da Comissão de Acompanhamento do concurso em causa. -----

17. PROCESSO DISCIPLINAR Nº 01/2019. RELATÓRIO FINAL (ELABORADO NOS TERMOS DO ART.º 219.º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (LGTFP), APROVADA PELA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL) -----

O processo disciplinar acima identificado foi instaurado por decisão de 01/02/2019 do Ex^{mo}. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cuba, com base nos factos constantes da participação feita pelo trabalhador António Maria Cabaça Carvalho, que se anexa ao presente relatório e se dá por integralmente reproduzida, os quais em síntese se traduzem na violação dos deveres de lealdade e de correção, consubstanciando uma atuação com grave negligência e com grave desinteresse pelo cumprimento dos deveres funcionais, que atenta gravemente contra a dignidade e o prestígio da função, a que corresponde, em abstrato, a sanção disciplinar de suspensão, prevista no art.º 186.º da LGTFP. -----

Consequentemente, atendendo à gravidade da infração praticada pelo arguido, propõe-se a aplicação da sanção disciplinar de suspensão. -----

De harmonia com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do art.º 181.º e nos n.ºs 2 e 3 do art.º 182.º, ambos da LTFP, a sanção de suspensão consiste no afastamento completo do trabalhador do órgão ou serviço durante o período da sanção, a qual varia entre 20 e 90 dias por cada infração, num máximo de 240 dias por ano e determina, por tantos dias quantos os da sua duração, o não exercício de funções e a perda das remunerações correspondentes e da contagem do tempo de serviço para antiguidade, mas não prejudica o direito dos trabalhadores à manutenção, nos termos legais, das prestações do respetivo regime de proteção social. -----

A competência para a aplicação das sanções disciplinares é do órgão executivo, nos termos do n.º 4 do art.º 197.º da LTFP. -----

Por seu turno, o n.º 3 do art.º 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, impõe que a deliberação a tomar é feita por escrutínio secreto, porquanto se está perante a apreciação de comportamentos ou qualidades de uma pessoa. -----

Pelo exposto, atendendo aos factos descritos, à prova produzida e ao disposto no art.º 189.º da LTFP, propõe-se, por considerar necessária, adequada e proporcional, bem como para acautelar as exigências disciplinares do serviço, que ao trabalhador em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Cuba, Orlando Manuel Vinha Veiga, integrado na carreira e categoria de Assistente Operacional, afeto à Subunidade de Ambiente e Espaços Verdes, da Unidade de Ambiente, Ordenamento e Urbanismo, arguido no presente processo, seja aplicada a pena de suspensão pelo período de 30 dias, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 180.º, conjugada com o n.º 4 do art.º 181.º, ambos da LTFP, caracterizada no n.º 1 do artigo 181.º do mesmo diploma legal, por violação dos deveres de prossecução do lealdade e de correção, previstos nas alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 73.º da LTFP e tipificados nos n.ºs 9 e 10 do mesmo artigo. -----

A Câmara, por unanimidade, atendendo a que o trabalhador tinha acabado de iniciar funções na Câmara, estando em processo de adaptação a Câmara decidiu não aplicar a pena proposta e deliberou aplicar uma sanção disciplinar de multa no valor de € 100,00. -----

18. JOSÉ MANUEL FERRO PINOTES. PEDIDO DE CERTIFICAÇÃO DE CONSTRUÇÕES

EXISTENTES À DATA DE 1987 – ART.º 331, SECÇÃO D, VILA RUIVA. -----

Solicita o Sr. José Manuel Ferro Pinotes a possibilidade de de certificação de construções existentes à data de 1987, no prédio art.º 331, secção D, em Vila Ruiva. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação do Gabinete Técnico deliberou atender a pretensão do requerente, certificando a existência das construções na data requerida. -----

19. LUÍSA DA VISITAÇÃO CANUDO LANÇA CARRACHA. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE DE PARCELA. -----

Solicita a Sr.ª Luísa da Visitação Canudo lança Carracha a emissão de certidão de destaque relativamente ao prédio urbano art.º 4137 da freguesia de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação do Gabinete técnico deliberou emitir a certidão pretendida. -----

20. UNIÃO DE FREGUESIAS DE BEJA (SALVADOR E SANTA MARIA DA FEIRA). PEDIDO DE ENTRADA GRATUITA NAS PISCINAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido da União de Freguesias de Salvador e Santa Maria, autorizou a entrada das crianças mediante um desconto de 50% do valor do bilhete, devendo os adultos que as acompanham pagar a entrada na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

21. JARDIM INFANTIL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM BEJA. PEDIDO DE ENTRADA GRATUITA NAS PISCINAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente à Câmara o seguinte pedido: *“Como já vem sendo hábito nos últimos 2 anos, o Jardim Infantil Nossa Senhora da Conceição em Beja, no âmbito das atividades de tempos livres, planificámos para os dias 12 e 26 de julho a visita à piscina da cuba, de forma a que os nossos alunos conheçam outros espaços de lazer e que possam desfrutar de um dia diferente.* -----

Por este motivo, solicitamos que nos seja concedida gratuidade nas entradas dos

meninos na piscina. Informamos que o números de crianças será à volta de 25 e o números de adultos será 4. Informo ainda que se trata de crianças do 1.º ciclo com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar a entrada das crianças mediante um desconto de 50% do valor do bilhete, devendo os adultos que as acompanham pagar a entrada na totalidade. -----

22. COMISSÃO DE FESTAS DE VILA RUIVA. PEDIDO DE COLABORAÇÃO NAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO. -----

Solicita a Comissão de Festas de Vila Ruiva o apoio da Câmara na organização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Encarnação através do pagamento da Banda da Sociedade Filarmónica Cubense 1.º de Dezembro, que abrilhantarà a procissão no dia 15 de agosto. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão assumindo o compromisso do pagamento da prestação dos serviços da Banda nas festas daquela freguesia. -----

23. PADRE PAULO REIS GODINHO. PARÓQUIA DE CUBA. PEDIDO DE APOIO PARA A PINTURA DA IGREJA MATRIZ. -----

Solicita o Rev.º Padre Paulo Reis Godinho, da Paróquia de Cuba, o apoio da autarquia para concretização dos trabalhos de pintura da igreja matriz de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou conceder para o efeito um apoio no valor de € 2 500,00. -----

O Sr. Presidente deixou a nota de que a Câmara, para além do apoio que já deu à Paróquia para colocação do pavimento no valor aproximado de 4 000 euros, tem ainda previsto um investimento de cerca de 5 000 euros para a iluminação que será colocada assim que terminarem as obras de pintura . -----

24. FILOMENA SOUDO. PROPOSTA DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL NO BAR DO JARDIM DOS COMBATENTES, EM CUBA. -----

Vem a requerente no seguimento do email enviado no dia 19/06/2019, a solicitar a rescisão do meu contrato do "Bar dos Combatentes" alterar o pedido tendo em vista a cessão da posição contratual para Boa Massa, Lda, com sede na Rua da Fonte dos Leões, n.º 22 - 7940-014 Cuba, NIF 514 785 853. -----

Informa ainda que a pessoa que pretende ficar com o Espaço, assegura as mesmas condições que as previstas inicialmente. -----

Solicita, igualmente, a anulação da fatura 003/1727 emitida no dia 17/06/2019 referente ao mês de Julho, dado que o espaço está fechado e o primeiro pedido de rescisão foi feito no dia 19/06/2019. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta apresentada pela requerente relativamente à cessão da posição contratual, devendo ser celebrada uma adenda ao contrato de cessão. No que concerne à fatura emitida e atendendo ao facto do

estabelecimento não ter iniciado o funcionamento deliberou determinar a anulação da mesma. -----

25. SUSANA SOFIA FERREIRA COSTA FITAS. PEDIDO DE CANCELAMENTO DE APOIOS SOCIAIS. -----

Solicita a Sr.ª Susana Sofia Ferreira Costa Fitas o cancelamento de todos os apoios sociais concedidos pelo Município, designadamente a renda de habitação permanente e entrada gratuita nas Piscinas em virtude de alterar a sua residência para fora do concelho de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aceitar o pedido formulado pela requerente. -----

26. ALTERAÇÃO Nº4 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2019. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 20/2019, dos Serviços Administrativos enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respetiva execução do Dec. Lei nº54-A/ 99) a presente alteração. -----

Na alteração nº 4, as modificações da despesa ocorreram para fazer face a reforços relacionados com transportes (portagens), juros de m/ prazo, material de consumo clínico, comunicações, artigos de limpeza a higiene, alimentação-géneros p/confecionar, vestuário e artigos pessoais, outros trabalhos especializados, impostos e taxas (ERSAR), conservação de bens, e aquisição de bens e serviços. A nível das despesas com o pessoal o reforço prendeu-se com encargos com a saúde, horas extraordinárias. A nível do orçamento da receita o reforço ocorreu em virtude da aprovação das candidaturas a fundos comunitários da reabilitação da Rua 1ª de Maio e da Estrada da circunvalação, em Cuba. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

02 251 2002/45- O reforço ocorreu para fazer face aos encargos relacionados com a reparação de um autocarro; -----

02 251 2009 /3 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com empreitada de eletrificação; -----

03 331 2019/12- O reforço ocorreu para fazer face à passagem a definido das verbas aprovadas pelos fundos comunitários; -----

03 331 2019/13- O reforço ocorreu para fazer face à passagem a definido das verbas aprovadas pelos fundos comunitários; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos:

02 252 2002/5040 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionadas com o projeto; -----

02 252 2002/5041 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com a arbitragem dos jogos concelhios; -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

02 253 2002/5044 ação 1-O reforço ocorreu para fazer face à transferência para a paróquia relacionada com a pintura da igreja matriz, em Cuba; -----
03 342 2002/5050 ações 1, 2, e 7- O reforço ocorreu para fazer face a futuros compromissos relacionados com o projeto. -----
A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou aprovar a alteração n.º 4 ao Orçamento e GOP's de 2019. -----

OBRAS PARTICULARES: -----

27. AMÊNDOAS - HERDADE DA PALHETA, LDA. PROCESSO N.º 17/2019. -----

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE ESTAÇÃO DE BOMBAGEM. ART.º 1 - SECÇÃO A, EM CUBA. -----

Vem a requerente submeter pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção de uma estação de bombagem com 166.16m² de área bruta, a edificar no prédio acima identificado. A referida estação destina-se a apoiar o sistema de rega de uma plantação de amendoeiras no mesmo prédio rústico;

Do respectivo enquadramento em PDM, de acordo com a **Planta de Ordenamento**, verifica-se estar o local inserido em **Áreas com Aptidão Agrícola Dominante**;

De acordo com a **Planta de Condicionantes** do mesmo plano, assinala-se interferência com solos de **RAN** (Reserva Agrícola Nacional) na área de implantação da construção;

Para os solos de RAN, e atendendo ao disposto no regime jurídico da RAN na redacção actual do Decreto-lei n.º 199/2015 de 16 de Setembro, deverá ser desencadeado o pedido de parecer prévio favorável da entidade regional da reserva agrícola, instruído nos termos do n.º 2 do artigo 23.º e com os elementos definidos pelos artigos 1.º e 2.º do Anexo I da Portaria n.º 162/2011 de 18 de Abril;

Tratando-se de construção de natureza agrícola, julgamos haver enquadramento no artigo 90.º do regulamento do PDM em vigor, em articulação com o n.º 3 do artigo 74.º do mesmo regulamento;

Mais se informa que em face da necessidade de parecer favorável da entidade de RAN e atendendo ao disposto nos artigos 16.º e 17.º do RJUE, na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, não poderá a câmara municipal deferir o pedido de informação prévia, sem a obtenção daquele parecer, que é vinculativo nos termos da lei.

De acordo com o atrás exposto, deverá a câmara municipal remeter as peças processuais para emissão de parecer da entidade regional da RAN e da Direcção Regional de Agricultura.

A Câmara tomou conhecimento de que foi promovida a consulta através da plataforma SIRJUE.-----

28. PAULO ALEXANDRE COSTA MADEIRAS. PROCESSO N.º 7/2019. PEDIDO DE VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO PRÉDIO N.º 6 DA SECÇÃO F, EM CUBA. -----

Vem o requerente solicitar um pedido de viabilidade para construir um muro de

vedação em alvenaria até 1,80m, a delimitar o seu prédio na faixa confinante com a EN 387, conforme planta de localização; -----

A Câmara, por unanimidade, rececionado que foi o parecer favorável da CCDD Alentejo deliberou aprovar o presente pedido de viabilidade de construção. -----

29. DANIEL FILIPE PINTO GUERREIRO E ANA FILIPA. PROCESSO N.º 3/2019. PEDIDO DE LICENCIAMENTO/CONSTRUÇÃO DE MORADIA. RUA LUÍS DE CAMÕES, N.º(S) 7 E 9, EM CUBA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou o licenciamento por 9 meses da construção de uma moradia em zona consolidada da vila de Cuba de acordo com o Plano de Urbanização (PUC) corespondente ao processo em título. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

30. TELMA MARIA JANEIRO DE SOUSA PINTO NOBRE. PROCESSO N.º 22/2019. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA. PARQUE EMPRESARIAL, LOTE 7, EM CUBA. ---

Vem a requerente submeter a preciação o projeto de arquitetura para Construção de Armazém Agrícola no lote 7 do Parque Empresarial da Quinta da Graciosa, em Cuba. ----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação 22/2019, do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

31. FRANCISCO JOSÉ CARVALHO ROCHA. PROCESSO N.º 20/2019. REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO. RUA DE BEJA, N.º 19, EM CUBA. -----

Vem o requerente submeter a preciação o projeto de arquitetura para remodelação e ampliação de habitação na Rua de Beja, n.º 19, em Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação 20/2019, do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente, para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

32. PEDREMOURA, LDA. PROCESSO N.º 1/2019. REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO – ALOJAMENTO LOCAL. RUA DO ULMO, S/N.º – VILA RUIVA. -----

Requer Pedremoura, Lda, o licenciamento da obra de reabilitação de habitação no prédio acima identificado. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 18 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

33. FIRMINO FRANCISCO ROBERTO BORGES – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO PARA ALOJAMENTO LOCAL.-----

Em 26 de junho de 2019, a Câmara, por despacho do Sr. Presidente deferiu a pretensão do requerente condicionada ao pedido de parecer da DRCALEN, em sintonia com o parecer do chefe da UOU, que consta do documento original.-----

A Câmara, por unanimidade, rececionado que foi o o parecer da entidade consultada para o efeito, em virtude da Servidão Administrativa – Igreja de São Vicente, deliberou, em sintonia com a DRCALEN, emitir parecer favorável condicionado face à Análise/Fundamentação da informação uma vez que a intervenção em “Zona Histórica” implica afe-

tação do subsolo. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ----

“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Não se registaram intervenções. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12h20m. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,